

JORNAL DA TARDE

O PACOTE DE SAYAD

O ajuste será feito gradualmente, sem choques. Com aprovação de Sarney.

O presidente José Sarney decidiu aprovar o plano alternativo de estabilização da economia elaborado pelo ministro João Sayad, do Planejamento, e pelo seu assistente, o economista Francisco Lopes, um dos pais do Plano Cruzado. Ao aprovar o plano de Sayad, durante estes dias de carnaval, no sítio de São José do Pericumã, o presidente Sarney se reaproxima do Planejamento e afasta-se da idéia de criar o "Ministério da Economia", sob o controle do ministro Dilson Funaro, da Fazenda.

Como disse um assessor do presidente Sarney, ao comentar a decisão presidencial, "o ministro João Sayad ressurgiu das cinzas do carnaval", nesta quarta-feira,

O principal objetivo do plano do ministro João Sayad é o de re-

compor o equilíbrio da economia, que se perdeu ao longo da execução do Plano Cruzado, e garantir a retomada dos investimentos públicos e privados.

O reequilíbrio da economia, segundo estabelece o plano alternativo do ministro do Planejamento, está previsto em quatro principais pontos:

1) Fazer o País retornar à economia de mercado, dentro de um cronograma gradualista. Segundo este cronograma, a fase inicial será marcada ainda por um controle decisivo de preços, através do sistema Seap/Cip/Sunab (Secretaria Especial de Abastecimento e Preços, Conselho Interministerial de Preços e Superintendência Nacional do Abastecimento). Este sistema, montado principalmente para

conter ações oligopolísticas do mercado, deverá ir sendo arrefecido à medida que o nível de oferta na economia for superando as perspectivas de crescimento da demanda.

2) Reduzir, de forma sensível, o desequilíbrio financeiro do setor público, através de uma política de corte nos subsídios, política de preços realistas, cortes nos gastos fiscais, mas procurando poupar os investimentos altamente produtivos. Antes mesmo de apresentar um plano alternativo global, o ministro João Sayad já havia convencido o governo a optar por este caminho. No momento, o consultor geral da República, Saulo Ramos, encontra-se elaborando um projeto de lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional, traçando um novo

perfil dos subsídios concedidos pelo governo.

3) Definição de uma sistemática de controle dos gastos dos Estados e Municípios e execução de um plano de recuperação dos bancos estaduais. Ainda neste ponto, seria realizada uma reforma tributária de emergência, visando a dotar os governos estaduais e municipais de condições mínimas de execução dos seus programas. Embora venha a propiciar um acréscimo de receitas, o programa prevê um enxugamento das despesas municipais e estaduais.

4) Execução de uma política de rendas, principalmente no que se refere à relação preços/salários. O plano prevê uma política de médio e longo prazos para o setor produtivo, e uma política salarial que

garanta os trabalhadores contra a corrosão do seu poder aquisitivo, provocada pela nova conjuntura inflacionária.

O plano alternativo do ministro João Sayad tece ainda considerações sobre a negociação da dívida externa brasileira, determinando alguns parâmetros para o seu controle, mas sem passar pelo monitoramento do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Os detalhes do plano alternativo do ministro João Sayad, aprovado pelo presidente Sarney, deverão ser divulgados ainda esta semana. Com a aprovação do seu plano alternativo o ministro João Sayad parece garantir a sua permanência no ministério, após 15 de março, para quando se prevê o início da reforma ministerial.